

## TELECOMUNICAÇÕES

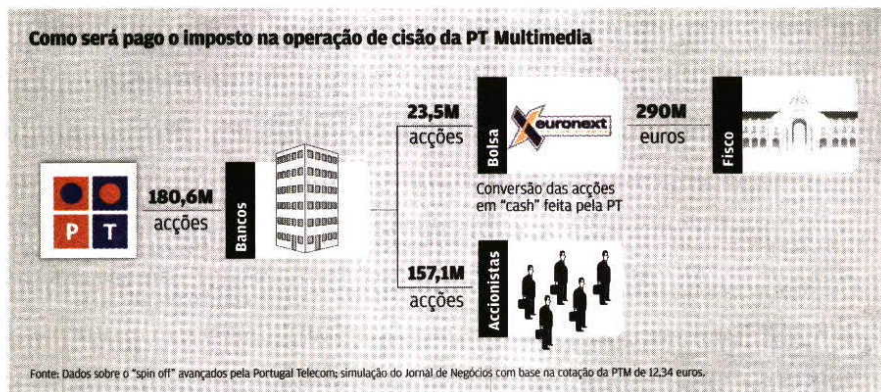
# Estado recusa ficar com acções da PT Multimedia no “spin off”

## PT obrigada a vender 7,6% da Multimedia para entregar imposto ao fisco

Pedro Carvalho pc@mediafin.pt  
Elisabete Miranda elisabetemiranda@mediafin.pt

O Ministério das Finanças negou as pretensões da Portugal Telecom (PT) de pagar os impostos do “spin off” da PT Multimedia (PTM) com acções, uma decisão que vai obrigar a operadora de telecomunicações a inundar o mercado com mais de 23 milhões de acções para conseguir o “cash” para entregar ao Fisco. Este factor poderá pressionar a cotação da PTM, às portas da realização da operação de cisão. Contactada, fonte oficial do ministério das Finanças disse não fazer comentários “pois, nos termos legais, a Administração Fiscal e o Ministério não podem tecer qualquer comentário sobre casos concretos relativos aos contribuintes”.

O Jornal de Negócios apurou junto de fonte próxima das negociações que o Governo recusou a intenção da PT de efectuar a retenção na fonte dos impostos em espécie, pelo que terá de ser a própria operadora a converter parte das acções da Multimedia em “cash” para que as entidades registadoras (bancos e corretoras) das acções possam fazer a re-



tenção. A necessidade dos accionistas da PT de pagarem impostos sobre as acções que vão receber ocorre devido à natureza da operação. A administração fiscal entende que ao dispersar estas acções, a PT mais não está do que a remunerar os seus accionistas. E essa remuneração, de acordo com as regras fiscais, configura uma distribuição de lucros, logo, sujeita a uma taxa de retenção geral de 20%.

Perante a recusa de Teixeira dos Santos em receber impostos em espécie, a PT terá de ir à bolsa de valores para vender 7,6% da PTM do “spin off”.

As negociações entre a PT e o Governo já se prolongavam desde o final da OPA e não chegaram a bom porto. “O arrastar das negociações poderia por em causa o próprio calendário do “spin off”, sugeriu a mesma fonte. Na altura da OPA, Henrique Granadeiro prometeu aos seus accionistas a distribuição gratuita de acções da PTM em Setembro, caso chumbassem a oferta da Sonaecom.

A operação da PT é inovadora no mercado português e, tal como está a lei fiscal, “o pagamento de impostos em espécie só acontece nas situações de falência ou de incumprimento fiscal”, segundo explicou um fiscalista ao Jornal de Negócios. Esta leitura terá pesado na decisão das Finanças de exigir uma prestação tributária em dinheiro.

A PT vai assim entregar cerca de 180 milhões de acções da PTM aos bancos depositários que, posteriormente, creditam as acções nas con-

tas dos accionistas. A taxa de retenção normal para um accionista residente é de 20%, mas o Jornal de Negócios sabe que, dada a diversidade da base de accionistas da operadora, a taxa de retenção média na PT é de 13%. Assim, a operadora de telecomunicações terá de converter cerca de 23,5 milhões de acções em “cash”, o que equivale a 7,6% do capital da Multimedia. O remanescente, 157,1 milhões de títulos, já líquido de impostos, será creditado pelos intermediários financeiros nas contas dos accionistas da PT.

Para converter as acções da PT em “cash”, a PT poderá ser obrigada a ir à bolsa de valores. Caso o preço que vier a ser fixado para o “spin off” da PTM seja idêntico à cotação actual (12,34 euros), então a operadora terá de entregar ao fisco cerca de 290 milhões de euros. Com esta solução encontrada pelas Finanças, a operação pode deixar de ser neutra para a PT. Isto porque se não conseguir alienar as acções ao preço do “spin off”, a PT poderá incorrer em perdas financeiras. O Jornal de Negócios sabe que a empresa está a estudar com os bancos algumas alternativas, que poderão passar pela utilização de derivados para fazer o “hedging” e minimizar o risco.

## Finanças encaixam 290 milhões este ano ao aceitarem uma “solução de compromisso” com a PT

A cisão das acções da PT Multimedia vai ser um bom aliado de Teixeira dos Santos e do compromisso do Governo em não deixar resvalar as metas de redução do défice.

Este ano, a operação da Portugal Telecom deverá render qualquer coisa como 290 milhões de euros aos cofres públicos (admitindo uma taxa média de retenção na fonte de 13%), um valor que representa 0,2% do PIB e 0,9% do total de receitas fiscais que as Finanças espera-

### 0,2%

#### do PIB

Receita “extra” é valiosa para os cofres públicos e para o défice.

vam inicialmente encaixar em 2007.

Apesar de muito significativo, este encaixe poderia ter sido maior, caso as Finanças tivessem obrigado a PT a fazer retenções na fonte com base nas regras aplicáveis aos bens em espécie. Teixeira dos Santos acabou por poupar a PT ao pior cenário possível e, apesar de ter-se recusado a ficar com as acções da PTM (uma solução que só poderia ser viabilizada com uma leitura benévola das normas fiscais), viabilizou uma

“solução de compromisso”, tendo aceite que a empresa de telecomunicações aplique a taxa de retenção normal sobre o produto da venda das acções.

Se tivesse obrigado a PT a seguir as normas gerais para estes casos, e que estão vertidas no ofício-circular 2006/7, de 09/04/2002 (que alguns fiscalistas entendem não ser o mais adequado, mas ao qual reconhecem não haver alternativa), o valor das retenções na fonte seria cal-

culado sobre “o quociente do valor líquido por (1 - taxa de retenção aplicável)”, considerando-se que o valor líquido corresponde ao valor de mercado das acções da PTM envolvidas no “spin-off”.

Feitas as contas, o imposto a pagar rondaria os 340 milhões de euros, mais 50 milhões que a factura final que deverá ser apresentada (admitindo a taxa de retenção média de 13% e os mesmos valores de mercado dos títulos). **EM/PC**

ID: 17021238	<b>Jornal de Negócios</b>	Tiragem: 13547	Página: 1	■
Data: 14-05-2007		País: Portugal Âmbito: Economia, Negócios Perid.: Diária	Cores: Cor Área: 5,19X6,33 cm2 Corte: 2 de 2	

CISION®

**PTM**

PT vende  
acções  
para pagar  
impostos

➔ Finanças não  
aceitam títulos  
do “spin off”

**Pág. 25**